

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 16, 17 e 18 de maio de 2026 • Nº 2299 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos 2026

PÁGINA 6

IBGE

Setor de serviços recua 1,2% em março

O setor de serviços no Brasil recuou 1,2% em março de 2026, em relação ao mês anterior, após estabilidade em fevereiro. A queda foi acompanhada por todas as cinco atividades investigadas, com destaque para transportes, com recuo de 1,7%. Em relação a igual mês de 2025, o volume de serviços teve expansão de 3% em março de 2026. As informações são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE). No acumulado do ano, o volume de serviços expandiu 2,3% frente a igual período de 2025. Já o acumulado nos últimos 12 meses aumentou 2,8% em março de 2026. O analista da pesquisa Luiz Carlos de Almeida Junior explica que nos últimos cinco meses, foram observados um mês de estabilidade e quatro meses de variação negativa, o que faz com que o setor de serviços acumule queda de 1,7% desde outubro de 2025. **PÁGINA 2**

CONSTRUÇÃO

Petrobras investe R\$ 11 bilhões em 4 embarcações

A Petrobras assinou oito contratos num total de R\$ 11 bilhões para a construção, afretamento e prestação de serviços de quatro embarcações de apoio submarino que serão usadas em operações em águas profundas e ultra-profundas. Os acordos fazem parte do Programa Mar Aberto, voltado à renovação e ampliação da frota do Sistema Petrobras, e foram firmados com a DOF Subsea Serviços, em evento realizado quinta-feira. As unidades serão construídas no estaleiro Navship, em Navegantes, Santa Catarina, e serão do tipo RSV (ROV Support Vessel), embarcações destinadas a atividades de inspeção, manutenção e reparo submarino, consideradas estratégicas para a continuidade das operações offshore. **PÁGINA 3**

FALASTRÃO

PGR denuncia Romeu Zema por calúnia contra Gilmar

A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou nesta sexta-feira o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) pelo crime de calúnia contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes. A denúncia faz menção a uma série de vídeos publicados por Zema em suas redes sociais, intitulados "Os intocáveis". Os vídeos trazem sátiras que relacionam Mendes e outros ministros da Corte com o caso do Banco Master. A manifestação da PGR foi protocolada por volta das 17h30 e ainda não tem relator. O crime de calúnia é caracterizado pela imputação falsa de um ato que é considerado crime. **PÁGINA 7**

REFIT

Castro comandou esquema de fraudes fiscais bilionárias



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Os investigadores da Polícia Federal à frente da Operação Sem Refino, deflagrada nesta sexta-feira, apontam que o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL) (**foto**) atuou para criar um "ambiente propício" ao Grupo Refit, apontado como o maior sonegador de impostos do País, e perpetuar fraudes fiscais bilionárias no setor de combustíveis. Segundo a PF, o então governador teria articulado um refinanciamento desenhado para atender aos interesses da Refit, com potencial para reduzir em até 95% a dívida da empresa com o Estado. Cláudio Castro, alvo de busca e apreensão às 6h desta sexta-feira, negou qualquer ilícito envolvendo fraudes tributárias e favorecimentos ao grupo Refit. Em nota, a defesa do ex-governador afirmou que ele está "à disposição da Justiça para dar todas as explicações" e "convicto de sua lisura". A investigação, autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, suspeita que Castro tenha articulado a edição de uma lei complementar em 27 de outubro de 2025 que criou o Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários e Não Tributários do Estado do Rio de Janeiro. Segundo os investigadores, a norma foi apelidada de "Lei Ricardo Magro", porque as condições previstas no texto atenderiam diretamente aos interesses do conglomerado Refit. Ricardo Magro é descrito pela Polícia Federal como a "mente pensante" do esquema suspeito de sonegar R\$ 26 bilhões em ICMS. **PÁGINA 5**

STF



ROSINEI COUTINHO/STF

Dino manda apurar desvio de emendas para filme sobre Jair

O ministro Flávio Dino (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta sexta-feira, a abertura de um novo processo para investigar a suspeita de envio de emendas parlamentares para custear o filme Dark Horse, inspirado na trajetória do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL). A apuração, ainda em caráter preliminar e com sigilo nível 3, tem como base petições dos deputados Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ) e Tabata Amaral (PSB-SP). Em março, Dino pediu explicações da Câmara sobre o envio de emendas parlamentares para organizações ligadas à Karina Ferreira Gama, produtora do filme Dark Horse. Tabata apontou um "ecossistema de pessoas jurídicas interconectadas", sob o comando da roteirista. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA -0,86% / 180.342,33 / -1.566,54 / Volume: 29.138.543.710 / Negócios: 3.892.934						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	2,73% (abr.)	EURO turismo	Compra: 5,8085	Venda: 5,9885	
Mais Negociados						Fechamento		Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA-15	0,89% (abr.)	DÓLAR turismo	Compra: 4,8977	Venda: 4,8955	
Preço	%	Oscil.	Maiores Altas	Preço	%	Oscil.	Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.	Taxa Selic	CDI	DÓLAR comercial	DÓLAR turismo	
PETR4	45,68	-1,62	-0,75	TRAD3	2,190	+46,98	+0,700	TOKY3	0,170	-41,38	-0,120	(29/04)	14,40%	Compra: 4,8949	Venda: 4,8955
ITSA4	13,03	-1,66	-0,22	BRKM5	11,87	+29,02	+2,67	TOKY3F	0,170	-41,38	-0,120	(13/05)	R\$ 744,17	Compra: 4,9115	Venda: 5,0915
ITUB4	39,87	-1,14	-0,46	BRKM3F	11,61	+27,58	+2,51	ARND3	0,620	-12,68	-0,090	Poupança	0,6639%	Compra: 5,7464	Venda: 5,7470
CSAN3	4,81	-3,22	-0,16	BRKM3	9,20	+23,32	+1,74	FESA4	6,47	-11,00	-0,80	(13/05)	0,6639%	Compra: 5,7464	Venda: 5,7470
NATU3	9,910	-5,62	-0,590	BRKM3F	8,93	+20,03	+1,49	PMAAM3F	0,51	-10,53	-0,06				

MERCADOS

Bovespa cai quase 4% na semana com incerteza global

CAROLINE ARAGAKI/AE

A aversão a risco global, diante da falta de solução para o conflito no Oriente Médio e da contradição de narrativas entre Estados Unidos e China, penalizou a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e propiciou a retirada de recursos da renda variável brasileira desde a abertura nesta sexta-feira. À tarde, houve mal-estar também com a declaração do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), de que a divulgação das conversas dele com o banqueiro Daniel Vorcaro, do liquidado banco Master, não vai impactar a pré-candidatura dele ao Palácio do Planalto. Na quinta semana consecutiva de perdas, o Ibovespa (Índice Bovespa) acumulou desvalorização de quase 4%.

Em dia de vencimento de opções sobre ações, o Ibovespa fechou em baixa de 0,61% (aos 177.283,83 pontos), após mínima aos 175.417,25 (-1,65%) e máxima aos 178.340,52 pontos (-0,01%), ambas pela manhã. O giro financeiro totalizou R\$ 32,2 bilhões, com a alta de 7,5% de Minerva, após balanço financeiro considerado sólido, e o avanço de 2% de Petrobras ON, pelo salto de 3% do petróleo, tentando calibrar as perdas lideradas por Usiminas (-7%), Hapvida (-6%) e Cosan (-5%).

O acúmulo de recuos do Ibovespa ocorre em sintonia com uma retirada de R\$ 6,45

bilhões de investidores estrangeiros em maio, com dados até quarta-feira passada.

O conflito no Oriente Médio preocupa do ponto de vista inflacionário, por conta da alta no preço do petróleo - acima de US\$ 101 por barril tanto em Londres quanto em NY -, com efeito de juro em patamar elevado por mais tempo.

DÓLAR

O dólar disparou e fechou acima de R\$ 5,05 nesta sexta-feira, marcada por uma onda de valorização da moeda norte-americana no exterior. Temores de pressões inflacionárias com a escalada dos preços do petróleo, diante do prolongamento do conflito no Oriente Médio, impulsionaram as taxas dos Treasuries, castigando divisas emergentes.

Com máxima de R\$ 5,0818, no início da tarde, o dólar à vista encerrou a sessão em alta de 1,63%, a R\$ 5,0678 - maior valor de fechamento desde 8 de abril (R\$ 5,1029). O real amargou um dos piores desempenhos entre emergentes, seguido de perto pelo peso chileno, o rand sul-africano e o florim húngaro.

A moeda norte-americana termina a semana com ganhos de 3,55% e avança 2,32% em maio, após desvalorização de 4,36% em abril. No ano, as perdas do dólar, que já foram superiores a 10%, agora são de 7,67%.

IBGE

Setor de serviços registra queda de 1,2% em março

O setor de serviços no Brasil recuou 1,2% em março de 2026, em relação ao mês anterior, após estabilidade em fevereiro. A queda foi acompanhada por todas as cinco atividades investigadas, com destaque para transportes, com recuo de 1,7%. Em relação a igual mês de 2025, o volume de serviços teve expansão de 3% em março de 2026.

As informações são da Pes-

quisa Mensal de Serviços (PMS) divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No acumulado do ano, o volume de serviços expandiu 2,3% frente a igual período de 2025. Já o acumulado nos últimos 12 meses aumentou 2,8% em março de 2026.

O analista da pesquisa Luiz Carlos de Almeida Junior explica que nos últimos cinco meses, fo-

ram observados um mês de estabilidade e quatro meses de variação negativa, o que faz com que o setor de serviços acumule queda de 1,7% desde outubro de 2025.

"Setorialmente, todas as cinco atividades investigadas mostraram queda na comparação com o mês imediatamente anterior. O setor de transportes foi o principal responsável pela queda observada no Brasil neste tipo de comparação. O recuo no

setor foi influenciado principalmente pela queda observada no transporte rodoviário de cargas e no transporte aéreo de passageiros", disse o analista.

Segundo o IBGE, as demais quedas vieram dos serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,1%); de informação e comunicação (-0,9%); dos outros serviços (-2%); e dos serviços prestados às famílias (-1,5%).

ABRIL

Tesouro honra R\$ 377,05 milhões em dívidas garantidas pela União

MATEUS MAIA/AE

A União pagou R\$ 377,05 milhões em dívidas garantidas em abril, de acordo com o Tesouro divulgado nesta sexta-feira. No acumulado do ano, a União honrou R\$ 1,37 bilhão em dívidas garantidas de entes subnacionais.

No mês, foram R\$ 297,64 milhões do Estado do Rio de Janeiro, R\$ 75,56 milhões do Estado

do Rio Grande do Sul, R\$ 3,66 milhões do Estado do Rio Grande do Norte, R\$ 109,07 mil do Município de Paraná (TO) e R\$ 70,15 mil do Município de Santanópolis (BA).

Já ao longo de 2026, quem precisou mais da ajuda da União com as suas dívidas foram o Estado do Rio de Janeiro (R\$ 790,49 milhões, ou 57,66% do total), o Estado do Rio Grande do Sul (R\$ 465,30 mi-

lhões, ou 33,94% do total) e o Estado do Rio Grande do Norte (R\$ 90,54 milhões, ou 6,60% do total).

Desde 2016, a União já desembolsou R\$ 87,89 bilhões para honrar garantias de operações de crédito contratadas por Estados e Municípios. Desse total, recuperou R\$ 6,04 bilhões, sendo R\$ 8,96 milhões em abril de 2026.

O principal fator que explica

o baixo volume de garantias recuperadas é que grande parte das garantias honradas (aproximadamente R\$ 78,23 bilhões) são de Estados que participam do RRF - Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul atualmente, além de Goiás e Minas Gerais antes da entrada no PROPAG - e, por essa razão, têm o benefício de suspensão temporária da execução da contragarantia.

FECOMÉRCIO-SP

Endividamento de famílias sobe ao maior nível em 3 anos

EDUARDO LAGUNA/AE

O percentual de famílias endividadas na cidade de São Paulo subiu de 71,1% em março para 72,9% em abril, chegando ao maior nível em três anos. O levantamento é da FecomercioSP, entidade que representa empresas de comércio, serviços e turismo, e mostra também que um a cada cinco consumidores da capital paulista está inadimplente.

Conforme a pesquisa, 3,28 milhões de lares na capital têm algum tipo de dívida. Em abril do ano passado, o percentual de famílias endividadas era de 70,2%.

Para a FecomercioSP, o novo avanço reflete o impacto da inflação sobre o orçamento familiar, com os preços de alimentos e combustíveis pressionados, principalmente, pelo conflito no Oriente Médio.

Parte dos lares, comenta a entidade, passou a recorrer ao crédito para cobrir despesas do cotidiano. O cartão de crédito segue como a principal modalidade de dívida: 79,6% dos casos.

Houve um leve recuo na

parcela da renda comprometida com dívidas: de 26,7% para 26,5% na passagem de março para abril. Ao mesmo tempo, o prazo médio das dívidas, que um ano atrás estava em 7,5 meses, caiu para 6,8 meses. É um indicador, segundo a FecomercioSP, de que as famílias estão buscando crédito de prazo mais curto, voltado a despesas imediatas, como alimentação e contas básicas. A renda de muitos lares não está sendo suficiente para fechar o mês, comenta a entidade.

No total, 946 mil famílias paulistanas têm alguma conta em atraso, o que representa 21% do total. Este percentual ficou ligeiramente acima dos 20,9% de março. Do total dos lares, 9,1% declaram não ter condições de quitar as dívidas, acima dos 8,9% nesta situação em março.

A pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor é apurada mensalmente pela FecomercioSP desde fevereiro de 2004. São entrevistados aproximadamente 2,2 mil consumidores na capital paulista.

SEMANA S

Ministro diz que governo não está contra empresários ao propor fim da escala 6x1

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

O ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMPP), Paulo Henrique Pereira (foto), rebateu nesta sexta-feira, a afirmação segundo a qual o governo federal, ao defender o fim da escala 6x1, demonstra não se preocupar com o empresário e o empreendedor.

A fala veio de um empresário que compunha a plateia que assistia às palestras e aos debates do último dia da "Semana S", evento organizado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

"Com todo o respeito ao seu argumento, mas eu tenho que discordar. Não é verdade que ao



GOV.BR

apoiar o fim da escala 6x1 o governo não se preocupa com os empresários e com o pequeno empreendedor", disse o ministro, reiterando que, nos gover-

nos Lula foram criados o Simples e o Micro Empreendedor Individual (MEI).

Pereira disse aos empresários que não queria ter levado o tema

para o debate político, mas que estava representando o governo Lula no evento e que a provocação o obrigava a se enveredar por esse campo.

Em seguida, afirmou que, nos momentos em que foram feitas mudanças na legislação trabalhista, o País saiu da 71ª economia do mundo para a 6ª. "Deixamos de só exportar café para passarmos também a exportar aviões", disse.

Ao final do evento, o vice-presidente da Fecomercio Rubens Medrano chegou ao ministro e disse que a entidade não tem uma bandeira ideológica, que não é contra o fim da escala 6x1 e que defende o bem-estar do trabalhador. Apenas acha que o debate deveria estar sendo feito de outra forma.

REFINARIA

Replan terá investimentos de R\$ 6 bi para expansão, diz gerente da Petrobras

DENISE LUNA/AE

A Petrobras vai investir R\$ 6 bilhões na expansão de 5% da capacidade da Refinaria de Paulínia (Replan), algo em torno de 25 mil barris por dia, disse o gerente de Refino da estatal, Daniel Violatti, em coletiva de imprensa que antecede a visita da presidente da empresa, Magda Chambriard, nesta segunda-feira, na unidade, a maior entre as

10 refinarias da Petrobras.

"Já iniciamos as obras e no ano que vem está previsto a parada de manutenção da unidade, a unidade de destilação, para a implementação. Então ela está prevista para 2027, no primeiro semestre, e devemos concluir essa parada de manutenção com o projeto", explicou Violatti.

O investimento já integra o Plano de Negócios 2026-2030 da

companhia. Além da expansão, estão previstos projetos associados à transição energética, como uma unidade para produção de Alcool-to-Jet (AtJ), para produzir combustível 100% renovável de aviação (SAF) a partir do etanol. "Até dezembro de 2026, vamos ter a primeira produção de SAF na Replan via óleo de coprocessamento", informou o executivo. "No caso do AtJ, hoje nós já temos assinado para li-

cenciador, nós estamos desenvolvendo o projeto básico e temos uma perspectiva de licitação do ano que vem para início das obras", acrescentou

Ele informou ainda, que na Replan será construída a maior unidade de energia solar fotovoltaica das refinarias da empresa, de 20 megawatts, um projeto de R\$ 100 milhões que já foi licitado e entra em operação no final do ano.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

CONSTRUÇÃO

Petrobras investe R\$ 11 bilhões em 4 embarcações

DENISE LUNA/AE

A Petrobras assinou oito contratos num total de R\$ 11 bilhões para a construção, afretamento e prestação de serviços de quatro embarcações de apoio submarino que serão usadas em operações em águas profundas e ultraprofundas. Os acordos fazem parte do Programa Mar Aberto, voltado à renovação e ampliação da frota do Sistema Petrobras, e foram firmados com a DOF Subsea Serviços, em evento realizado na quinta-feira passada.

As unidades serão construídas no estaleiro Navship, em Navegantes, Santa Catarina, e serão do tipo RSV (ROV Support Vessel), embarcações destinadas a atividades de inspeção, manutenção e reparo submarino, consideradas estratégicas para a continuidade das operações offshore da companhia.

A expectativa da Petrobras é que o projeto gere cerca de 7 mil empregos diretos e indiretos ao longo das etapas de construção e operação, sendo aproximadamente 1,5 mil diretos e 5,6 mil indiretos.

A estatal também destacou o reforço à política de fortalecimento da indústria naval brasileira. A previsão é atingir até 80% de conteúdo local na fase de construção das embarcações e cerca de 90% durante a operação dos navios, segundo a companhia.

No evento, o gerente executivo de Sistemas Submarinos, Flavio Bretanha, afirmou que a gestão atual ampliou o número de fornecedores ao simplificar especificações, elevando a competitividade e o volume de propostas qualificadas. As embarcações serão equipadas com sistemas de propulsão híbrida, que combinam baterias, motores elétricos e combustíveis de menor impacto ambiental. A Petrobras diz que a tecnologia deve trazer maior eficiência energética, reduzir consumo de combustível e diminuir emissões de gases de efeito estufa, em linha com as metas de descarbonização da empresa.

O CEO da DOF, Mario Fuzetti, afirmou que a parceria envolve embarcações tecnológicas, com redução de emissões, e reforça a geração de empregos e o aquecimento da indústria naval no País. Já o gerente executivo de Supri-

mentos da Petrobras, Alexandre Gomes Alves (foto), destacou o foco no conteúdo local.

"Considero essa licitação exitosa, em linha com as demandas do plano de negócios da companhia. Essa parceria demonstra mais uma vez a união entre Petrobras e mercado fornecedor local. A Petrobras acredita e fortalece o mercado local, mostrando que estamos no caminho certo. A construção de quatro embarcações no Brasil se traduz em geração de emprego e menor dependência do mercado internacional", disse Alves.



REPRODUÇÃO LINKEDIN

ZMAX AGRO CIA. CNPJ nº 51.743.633/0001-20					
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em Reais)					
BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
ATIVO	2025	2024	PASSIVO	2025	2024
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.100,76	225,88	Fornecedores	6.194.095,00	6.193.795,00
Adiantamento	1.836.447,14	1.973,26	Adiantamento clientes	25.326,21	25.326,21
Impostos a recuperar	-	4,83	Total do Passivo Circulante	6.219.421,21	6.219.121,21
Total do Ativo Circulante	1.837.547,90	2.203,97	Passivo Não Circulante		
Ativo Não Circulante			Participação societária negativa	1.632.243,68	1.382.936,56
Total do Ativo Não Circulante	0,00	0,00	Partes Relacionadas	55.194,52	40.509,29
TOTAL DO ATIVO	1.837.547,90	2.203,97	Total do Passivo Não Circulante	1.687.438,20	1.423.445,85
			Patrimônio Líquido		
			Capital Social	15.515.000,00	13.893.000,00
			Prejuízos acumulados	(21.584.311,51)	(21.533.363,09)
			Total do Patrimônio Líquido	(6.069.311,51)	(7.640.363,09)
			TOTAL DO PASSIVO	1.837.547,90	2.203,97

Gilberto dos Santos - Diretor Financeiro

Alessandra Magalhaes da Silva - Contadora - CRC RJ nº 114724/O-7

BLUE TERMINALS DEEP WATERS S A ZMAX GROUP CNPJ nº 47.209.667/0001-62					
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em Reais)					
BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
ATIVO	2025	2024	PASSIVO	2025	2024
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.039,93	495.441,44	Fornecedores	567.119,83	104.499,67
Contas a Receber	1.528.461,98	3.594.637,57	Obrigações Tributárias	1.601.092,64	1.345.165,35
Adiantamento a Fornecedores	103.911,90	356.134,69	Obrigações Trab. Previdenciárias	47.971,93	35.265,53
Outros Valores a Receber	4.567.925,50	2.098.355,73	Outras Contas a Pagar	0,00	280.196,84
Total do Ativo Circulante	6.215.339,31	6.544.569,43	Arrendamento Mercantil	1.439.751,51	1.293.405,83
Ativo Não Circulante			Dividendos e Lucros a Pagar	3.030.572,92	925.123,38
Investimentos	1.286,89	1.290,76	Total do Passivo Circulante	6.686.508,83	3.983.656,60
Imobilizado	46.510,92	10.549,14	Passivo Não Circulante		
Capex	10.629.003,79	2.438.452,89	Arrendamento Mercantil LP	16.392.736,59	17.312.670,78
Arrendamento Mercantil	16.593.388,41	17.996.379,65	Outras Relacionadas	8.095.545,48	1.912.274,62
Total do Ativo Não Circulante	27.270.190,01	20.446.672,44	Obrigações Tributárias LP	1.256.902,74	979.220,47
TOTAL DO ATIVO	33.485.529,32	26.991.241,87	Total do Passivo Não Circulante	25.745.184,81	20.204.165,87
			Patrimônio Líquido		
			Capital Social	10.000,00	10.000,00
			Reserva Legal	2.000,00	2.000,00
			Reserva de Lucro	1.041.835,68	2.791.419,40
			Total do Patrimônio Líquido	1.053.835,68	2.803.419,40
			Total do Passivo	33.485.529,32	26.991.241,87

Bruno Luciano Fardin - Diretor Executivo

Alessandra Magalhaes da Silva - Contadora - CRC RJ nº 114724/O-7

ZEMAX LOG SOLUÇÕES MARITIMAS SA - ZMAX GROUP CNPJ nº 09.444.865/0001-11					
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em Reais)					
BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
ATIVO	2025	2024	PASSIVO	2025	2024
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.611.760,54	4.854.541,61	Fornecedores	1.599.699.042,22	1.517.136.279,66
Contas a Receber	1.624.961.209,61	1.536.384.247,74	Obrigações Trab. e Previdenciárias	975.154,27	177.267,94
Impostos e Contribuições a Recuperar	1.252.269,23	869.399,93	Obrigações Tributárias	14.902.093,09	23.303.041,65
Adiantamentos	8.529.833,17	9.166.734,46	Adiantamento de Clientes	0,00	241.613,43
Despesas Antecipadas	59.064,11	75.725,71	Outras Contas a Pagar	9.000,00	41.737,04
Outros Valores a Receber	15.455.095,95	1.440.502,27	Total do Passivo Circulante	1.615.585.289,58	1.540.899.939,72
Dividendos a Receber	136.319,81	0,00	Passivo Não Circulante		
Total do Ativo Circulante	1.658.005.552,42	1.552.791.151,72	Obrigações tributárias LP	46.562.812,51	12.459.216,41
Ativo Não Circulante			Outras Provisões LP	1.384.268,80	521.732,50
Partes Relacionadas	98.616.966,43	70.767.716,67	Dividendos a Pagar LP	72.359.795,28	0,00
Partes Não Relacionadas	5.361.141,34	101.759,85	Total do Passivo Não Circulante	120.306.876,59	12.980.948,91
Contas a Receber LP	392.857,19	0,00	Patrimônio Líquido		
Investimento	5.027.886,59	14.172.195,88	Capital Social	24.266.346,02	24.266.346,02
Imobilizado	1.448.201,96	1.547.993,69	Reserva Legal	4.853.269,20	4.060.503,33
Intangível	2.687,99	8.821,31	Reserva de Incentivos Fiscais	3.843.512,53	3.842.432,53
Total do Ativo Não Circulante	110.849.741,50	86.598.487,40	Reserva de Lucros	0,00	53.339.468,61
Total do Ativo	1.768.855.293,92	1.639.389.639,12	Total do Patrimônio Líquido	32.963.127,75	85.508.750,49
			Total do Passivo	1.768.855.293,92	1.639.389.639,12

Afonso Arnaldo Junqueira Prata - Socio Administrador

Alessandra Magalhaes da Silva - Contadora - CRC RJ nº 114724/O-7

BLUE MARINE TELECOM - ZMAX GROUP CNPJ nº 29.764.518/0001-83					
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em Reais)					
BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
ATIVO	2025	2024	PASSIVO	2025	2024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	83.320,33	113.110,84	Fornecedores	217.386.839,84	104.877.731,81
Contas a receber	19.454.569,53	52.813.362,02	Obrigações trabalhistas e previd.	319.928,55	1.010.539,41
Impostos e contrib. a recuperar	129.318.260,20	99.300.948,49	Obrigações tributárias	30.214.551,13	37.591.755,03
Adiantamento a fornecedores	78.848.434,43	91.375.478,54	Adiantamento de clientes	8.429.610,68	1.401.783,02
Estoque	90.446.684,59	91.856.356,21	Outras contas a pagar	6.130.757,70	138.147.051,07
Despesas antecipadas	222.599,41	115.227,26	Receita a apropriar	-	63.506.355,39
Outros valores a receber	37.276.191,07	146.576.656,44	Outras provisões	962.748,15	2.791.824
Ativo para venda	-	59.982,39	Operações em Conjunto - NBC 19	623.364.512,94	106.833.223,31
Operações em Conjunto - NBC 19	612.520.787,09	149.630.063,98	Total do passivo circulante	886.808.948,99	456.160.263,24
Total do ativo circulante	968.170.846,65	631.841.186,17	Passivo Não Circulante		
Ativo Não Circulante			Partes relacionadas	234.126.599,10	115.454.019,71
Adiantamentos LP	15.442.498,93	29.632.977,47	Obrigações tributárias LP	68.262.195,09	56.147.300,69
Partes relacionadas	3.122.367,57	1.631.706,03	Bens Admissão Temporária/Comodato	129.821.226,13	128.830.651,13
Imobilizado	21.646.665,73	23.446.127,87	Operações em Conjunto - NBC 19	126.526.328,97	67.602.375,89
Bens Admissão Temp./Comodato	129.821.226,13	128.830.651,13	Total do passivo não circulante	558.736.349,29	368.034.347,42
Intangível	15.520,13	30.680,09	Patrimônio líquido		
Operações em Conjunto - NBC 19	87.129.321,07	25.307.489,41	Capital social	37.475.295,00	37.475.295,00
Total do ativo não circulante	257.177.599,56	208.879.632,00	Prejuízos acumulados	(257.672.147,07)	(20.949.087,49)
Total do Ativo	1.225.348.446,21	840.720.818,17	Total do patrimônio líquido	(220.196.852,07)	16.526.207,51
			Total do Passivo	1.225.348.446,21	840.720.818,17

Rodrigo do Carmo Magarotto - Diretor Executivo

Alessandra Magalhaes da Silva - Contadora - CRC RJ nº 114724/O-7

ZMAX BLUE SHIP S A ZMAX GROUP CNPJ nº 46.927.730/0001-33					
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em Reais)					
BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
ATIVO	2025	2024	PASSIVO	2025	2024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	11.038,18	5.098,33	Fornecedores	301.394,75	683.658,92
Adiantamento a fornecedores	1.339.891,62	4.695.523,91	Obrigações trab e previd.	100.320,01	707.921,92
Dividendos a Receber	2.847.761,90	3.675.720,34	Obrigações tributárias	1.654.318,08	2.358.692,21
Despesas antecipadas	23.181,22	-	Dividendos e Lucros a Pagar	-	375.144,87
Outros valores a receber	16.140.657,50	6.130.757,50	Adiantamento de Clientes	140.843,55	2.704.365,00
Total do ativo circulante	20.362.530,42	14.507.100,08	Outras Contas a Pagar	14.112.849,42	129.695,82
Ativo Não Circulante			Total do passivo circulante	16.309.725,81	6.959.478,74
Partes relacionadas	-	57.468,38	Passivo Não Circulante		
Investimento	4.700.839,35	20.101.194,52	Partes relacionadas	32.488.807,27	20.200.956,04
Imobilizado	226.531,76	203.681,33	Participação societária	210.717.149,12	-
Bens em comodato	4.531,77	4.531,77	Bens em comodato	4.531,77	4.531,77
Intangível	602,75	892,19	Total do passivo não circulante	243.210.488,16	20.205.487,81
Total do ativo não circulante	4.932.505,63	20.367.768,19	Patrimônio líquido		
Total do Ativo	25.295.036,05	34.874.868,27	Capital social	30.592.366,68	30.592.366,68
			Prejuízos acumulados	(264.817.544,60)	(22.882.464,96)
			Total do patrimônio líquido	(234.225.177,92)	7.709.901,72
			Total do Passivo	25.295.036,05	34.874.868,27

Afonso Arnaldo Junqueira Prata - Socio Administrador

Alessandra Magalhaes da Silva - Contadora - CRC RJ nº 114724/O-7



30° 21° 45% 06:20 17:30

OUTONO-SÁBADO: Sol com poucas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Rio de Janeiro

12 ANOS

Menina denuncia estupro coletivo por 8 adolescentes

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Uma menina de 12 anos denunciou ter sido vítima de estupro coletivo com a participação de oito adolescentes, na quarta-feira passada, em Campo Grande, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. O caso está sendo investigado pela Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam) de Campo Grande. A criança foi encaminhada para exames e recebe atendimento psicossocial.

De acordo com a Polícia Civil do Estado do Rio, o crime foi denunciado pela mãe da vítima, que procurou a polícia. "A partir da comunicação do crime, a unidade iniciou imediatamente um intenso trabalho investigativo e, em poucas horas, conseguiu identificar todos os oito menores envolvidos", diz em nota.

Ainda conforme a polícia, desde o registro da ocorrência foram realizadas diligências ininterruptas, levantamentos de inteligência e oitivas, o que permitiu esclarecer a dinâmica dos fatos e individualizar a participação de cada um dos envolvidos. Os detalhes do caso não foram divulgados para proteger a criança e não prejudicar as investigações.

A titular da delegacia representou pela busca e apreensão do grupo. Não foi informado se os adolescentes já foram localizados e detidos. Se o crime for confirmado, eles irão responder por ato infracional análogo à estupro de vulnerável. "Outras diligências estão em andamento para apuração total do caso", informou a Polícia Civil.

CASO DE REPERCUSSÃO

Em fevereiro deste ano, cinco jovens, um deles menor de idade, foram acusados de estupro de uma garota de 17 anos, no apartamento de um deles, em Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro. O fato ocorreu em janeiro. A vítima foi convidada pelo menor de 17 anos para ir ao apartamento e lá, quando estavam no quarto, ele permitiu a entrada dos outros, sem consentimento dela. Todos a estuproaram, segundo a denúncia.

Os rapazes eram de classe média alta e o caso ganhou repercussão Com a prisão decretada, eles se apresentaram à polícia e responderam presos aos processos. O adolescente foi condenado à medida de internação por um período inicial de seis meses. A defesa dos acusados nega a participação deles nos crimes.

REFIT

Castro comandou esquema de fraudes fiscais bilionárias

AGUIRRE TALENTO, FELIPE DE PAULA E FAUSTO MACEDO/AE

Os investigadores da Polícia Federal à frente da Operação Sem Refino, deflagrada nesta sexta-feira, apontam que o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL) atuou para criar um "ambiente propício" ao Grupo Refit, apontado como o maior sonegador de impostos do País, e perpetuar fraudes fiscais bilionárias no setor de combustíveis. Segundo a PF, o então governador teria articulado um refinanciamento desenhado para atender aos interesses da Refit, com potencial para reduzir em até 95% a dívida da empresa com o Estado.

Cláudio Castro, alvo de busca e apreensão às 6h desta sexta-feira, negou qualquer ilícito envolvendo fraudes tributárias e favorecimentos ao grupo Refit. Em nota, a defesa do ex-governador afirmou que ele está "à disposição da Justiça para dar todas as explicações" e "convicto de sua lisura".

A investigação, autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, suspeita que Castro tenha articulado a edição de uma lei complementar em 27 de outubro de 2025 que criou o Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários e Não Tributários do Estado do Rio de Janeiro. Segundo os investigadores, a norma foi apelidada de "Lei Ricardo Magro",

porque as condições previstas no texto atenderiam diretamente aos interesses do conglomerado Refit.

Ricardo Magro é descrito pela Polícia Federal como a "mente pensante" do esquema suspeito de sonegar R\$ 26 bilhões em ICMS. O empresário, controlador do Grupo Refit, está foragido da Justiça brasileira e é um dos principais alvos da Operação Sem Refino. A pedido do STF, ele foi incluído na Difusão Vermelha da Interpol, mecanismo usado para localizar e prender procurados em diferentes países.

A lei articulada por Castro sob suspeita da Polícia Federal foi publicada um mês após a interdição das atividades do parque industrial da Refit e da retenção de combustíveis importados pela companhia durante a Operação Cadeia de Carbono, deflagrada em 19 de setembro de 2025 pela Receita Federal.

Segundo a investigação, mesmo cercada por dívidas fiscais e suspeitas de sonegação de ICMS, a Refit recebeu apoio da Procuradoria-Geral do Estado do Rio para retomar suas atividades A PF afirma que o órgão, responsável por defender o erário fluminense, atuou na 5.ª Vara Empresarial da Comarca da Capital para tentar reverter a paralisação da empresa após a operação.

A manifestação judicial do caso foi assinada pelo então procurador-geral do Estado, Renan Saad, e, segundo a PF, teria sido encomendada por Cláudio

Castro. No documento, o governo sustenta que a paralisação da Refit comprometeria a arrecadação do Estado, então em regime de recuperação fiscal, além de colocar em risco o cronograma de pagamento do parcelamento firmado pela companhia.

Renan Saad foi alvo de busca e apreensão nesta manhã. A reportagem busca contato com sua defesa.

"Assim, em síntese, a posição do Governo do Estado é de que se preserve a atividade do conglomerado empresarial que figura na lista dos maiores devedores contumazes do País, sob o pretexto de que sua paralisação seria crucial a ponto de comprometer a arrecadação da segunda maior Unidade da Federação, sendo certo que, ao mesmo tempo, o próprio Governador arquiteta um refinanciamento sob medida às pretensões da REFIT que tem o condão de conceder um beneplácito que pode reduzir em até 95% de sua dívida com o Estado", assinala a PF.

VIAGEM COM MAGRO A NOVA YORK

A Polícia Federal cita na investigação uma viagem a Nova York em maio de 2025 patrocinada pela Refit como um dos indícios da proximidade entre o grupo empresarial e Cláudio Castro. Segundo a PF, Castro participou de agendas nos Estados Unidos ao lado do empresário Ricardo Magro, controlador do conglomerado.

De acordo com a investiga-

ção, o então governador sentou-se à mesa com Magro durante a viagem e esteve acompanhado de secretários de seu governo. Na ocasião, Castro também cumpriu compromissos oficiais com autoridades americanas para buscar apoio à classificação de facções criminosas do Rio de Janeiro como organizações narcoterroristas.

Entre os encontros, o então governador participou de reuniões com integrantes da Drug Enforcement Administration, órgão responsável pelo combate ao tráfico de drogas nos Estados Unidos

"Deste modo, a contradição das atitudes de Cláudio Castro se tornam latentes: ao mesmo tempo em que participava de reuniões supostamente destinadas ao combate ao crime organizado, o então mandatário participava de evento patrocinado pela Refit e se reunia com o líder de uma organização criminosa voltada à dilapidação do erário fluminense", afirma a PF.

A investigação sustenta ainda que, "sob a batuta de Castro e mediante suas diretrizes", o Estado do Rio direcionou esforços de diferentes órgãos públicos em favor do conglomerado liderado por Ricardo Magro. Segundo a PF, participaram dessa atuação a Secretaria de Fazenda, a Secretaria do Meio Ambiente, o Instituto Estadual do Ambiente, a Procuradoria-Geral do Estado e a Secretaria de Polícia Civil, entre outros órgãos do Executivo fluminense.

Costa Mar S.A.

CNPJ nº 05.955.436/0001-02 - NIRE nº 333.0034934-1
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
 Ficam os senhores acionistas da **Costa Mar S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, convocados para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se no dia 25/05/2026, às 15hs, na sede social da Cia., situada na Av. das Américas, 7899, Bloco 2, Sala 307, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.793-081, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I – Deliberar acerca da reorganização societária e financeira da Companhia; II – Deliberar sobre passivos financeiros e obrigações assumidas pela Companhia perante terceiros; III – Deliberar acerca da alienação de participação societária detida pela Companhia em sociedade controlada; IV – Deliberar acerca da celebração de instrumentos particulares relacionados à reorganização societária e financeira da Companhia; V – Autorizar a Diretoria da Companhia à prática de todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas na presente Assembleia. Rio de Janeiro/RJ, 27/05/2026. **Alexis Lemos Costa**, Diretor Presidente. **Costa Mar S.A.** (16, 19 e 20/05/2026)

PERFIL X CONSTRUTORA S.A.

CNPJ/MF: 08.733.497/0001-69 - NIRE: 33.3.0030743-5
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - ESCRITURA DECLARATÓRIA ORDINÁRIA "TERMO DE RESOLUÇÃO" FIRMADA PELA ÚNICA ACIONISTA PLENA PARTICIPAÇÕES S.A., 07 DE MAIO DE 2026. (Ata lavrada sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76): 1 - DATA, HORA E LOCAL: Em 07 de maio de 2026, às 09:00 (nove) horas, na sede social da Sociedade, na Estrada Velha de Maricá, 249 - parte, Várzea das Mocas, na Cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, CEP: 24.753-511. 2 - **CONVOCAÇÃO E PRESEÇA**: Dispensadas as formalidades de convocação haja vista a presença da totalidade dos acionistas da Sociedade, considerando a condição da Perfil X Construtora S.A. de subsidiária integral da Plena Participações S.A., nos termos do artigo 251, § 2º, da Lei 6.404/76, conforme apontamentos no Livro de Registro de Ações, e a condição de representantes da acionista conferida à Sr. Danyelle Cruz Lopes e ao Sr. Marcelo Chagas Viana. 3. **MESA**: Presidente: Sr. Marcelo Chagas Viana; Secretária: Sr. Danyelle Cruz Lopes. 4. - **ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE**: 4.1. Aprovar, sem qualquer ressalva ou emenda, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a saber: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações do Fluxo de Caixa, notas explicativas, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Diário do Acionista, nas edições do dia 06 de maio de 2026. 4.2. Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 48.938.903,00 (quarenta e oito milhões, novecentos e trinta e oito mil, novecentos e três reais), da seguinte forma: a) Distribuição de Dividendos aos Acionistas, no valor de R\$ 25.176.818,00 (vinte e cinco milhões, cento e setenta e seis mil, oitocentos e dezoito reais); b) para a conta de ajustes de exercícios anteriores o valor de R\$ 1.842.763,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais); e (c) para a conta de Resultados Acumulados o valor de R\$ 21.919.322,00 (vinte e um milhões, novecentos e dezoito mil, trezentos e vinte e dois reais), conforme justificativas expostas pela diretoria. 4.3. Fixar a remuneração anual global de seus administradores em até R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Ficam arquivados na sede da Companhia e à disposição de qualquer Acionista todos os documentos submetidos à apreciação desta Assembleia Geral Extraordinária referidos nesta ata. Aprovada a lavratura da ata das deliberações tomadas em Assembleia sob a forma de sumário, como facultado no art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. 5 - **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada, e assinada por todos os presentes. São Gonçalo (RJ), 07 de maio de 2026. **Marcelo Chagas Viana - Presidente; Danyelle Cruz Lopes - Secretária.** Jucejra nº 7763609 em 11/05/2026.

MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A

CNPJ/MF Nº 04.743.858/0001-05 - NIRE 35300633377
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2026
LOCAL E HORA: Sede social situada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1629, 1º Andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP nº 04547-006, às 14:00 horas.
QUORUM: Presentes os representantes da integralidade do capital social, na forma do Art. 132 e seguintes da Lei nº 6.404 de 15/12/1976. **MESA:** Presidência do Sr. Luciano Reis da Silva e secretariado pelo Sr. Vinicius Leite Correa. **CONVOCAÇÃO:** Publicação dispensada nos termos do Art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, eis que presentes os Srs. Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **ORDEM DO DIA:** (a) Aprovar o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2025, publicados no Diário dos Acionistas em 10 de abril de 2026; (b) Cientificar os acionistas sobre o Relatório dos Auditores independentes; e (c) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** (a) Foram aprovados por unanimidade o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, elaborados na forma do art. 176 da Lei nº 6.404/76. (b) Cientificados os acionistas sobre o Relatório dos Auditores Independentes quanto às demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o qual encontra-se arquivado na sede da companhia, todos se declararam cientes do seu inteiro teor e o aprovaram por unanimidade sem ressalva. (c) Aprovada por unanimidade a destinação do lucro no valor de R\$ 73.656.641,68 (setenta e três milhões e seiscentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos) obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo 5% deste valor, ou seja, R\$ 3.682.832,08 (três milhões e seiscentos e oitenta e dois mil e oitocentos e trinta e dois reais e oito centavos), destinado à reserva legal e o restante, isto é, R\$ 69.973.809,60 (sessenta e nove milhões e novecentos e setenta e três mil e oitocentos e nove reais e sessenta centavos) destinado à reserva especial, na forma do Art. 38, §1º do Estatuto Social, conforme informado pela Diretoria a esta Assembleia. **ENCERRAMENTO:** Facultada a palavra a quem dela quisesse fazer uso, ninguém se manifestou, razão pela qual a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, foi esta Ata, depois de lida e aprovada, assinada por todos os acionistas presentes. São Paulo, 14 de maio de 2026. Atesto que a presente Ata é cópia fiel extraída do original que se encontra transcrita no livro próprio. Esta Ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 15/05/2026, sob o número 200.260/26-1.

CASO MARIELLE

Moraes vota para tornar réus três suspeitos de obstruir investigações

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou nesta sexta-feira para tornar réus três acusados de atrapalhar as investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, ocorrido em 2018, no Rio de Janeiro.

O voto do ministro, que é relator do caso, foi proferido no julgamento virtual da denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-chefe da Polícia Civil do Rio

Rivaldo Barbosa, o delegado Giniton Lages e o comissário de polícia Marco Antonio de Barros.

De acordo com a procuradoria, os acusados cometeram atos para desaparecer com provas, incriminaram pessoas inocentes, usaram testemunhas falsas e realizaram diligências desnecessárias para "garantir a impunidade" dos mandantes e executores do assassinato.

Em fevereiro deste ano, os irmãos Brazão, acusados de serem os mandantes, Rivaldo e outros acusados foram condenados pelo assassinato da ve-

readora.

No voto proferido, Moraes votou pela abertura de uma ação penal contra os denunciados.

"Há indícios mínimos de autoria e materialidade de que Rivaldo Barbosa, em conluio com Giniton Lages e Marco Antônio de Barros obstruíram, mediante ação e omissão imprópria, as investigações correlatas aos referidos homicídios", afirmou.

A votação virtual é realizada pela Primeira Turma da Corte e ficará aberta até o dia 22 de maio.

Defesas

Antes do julgamento, a defesa de Rivaldo defendeu a rejeição da denúncia por falta de provas e disse que o ex-chefe da Polícia Civil do Rio foi acusado com base em inferências.

Os advogados de Giniton afirmaram que ele não tem foro privilegiado e não pode ser julgado pelo Supremo.

A defesa de Marco Antonio de Barros afirmou que nenhum elemento de prova foi produzido e que o trabalho da polícia resultou na prisão de Ronnie Lessa, delator e executor do crime.

DETERGENTE

Ypê: Anvisa mantém suspensão de fabricação

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) decidiu manter a suspensão da fabricação, distribuição e venda de lotes de produtos da marca Ypê, com final 1.

A decisão foi tomada nesta sexta-feira, em Reunião Extraordinária Pública da Diretoria Colegiada.

A fabricação e a comercialização de produtos da marca haviam sido suspensas pela Anvisa, no início do mês, por "descumprimentos relevantes em etapas críticas do processo produtivo, o que inclui falhas nos sistemas de garantia da qualidade, produção e controle de qualidade", como informou a agência.

Como a empresa recorreu, a decisão da Anvisa ficou suspensa.

SUDESTE S.A.

CNPJ/MF: 02.062.747/0001-08 - NIRE: 33.3.0016579-7
COMPANHIA ABERTA
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 Realizada em 15 de maio de 2026
 1. **Hora, Data e Local:** Ao dia 15 (quinze) do mês de maio de 2026, às 10:00 horas, na sede da SUDESTE S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação face à presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma do §4º, art. 124 da Lei nº 6.404/1976, conforme livro de presença de acionistas. 3. **Mesa:** Presidente da Assembleia: Diogo Alexandre de Melo Bahia Secretária da Assembleia: Ana Carolina de Oliveira Silva Moreira Lima 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a re ratificação da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 23 de abril de 2026 em virtude de erro material no valor da redução de capital nela aprovada. 5. **Deliberações:** Iniciados os trabalhos, foram tomadas as seguintes deliberações pelos acionistas, por unanimidade e sem ressalvas, no âmbito da matéria constante da Ordem do Dia: Aprovar a re ratificação da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 23 de abril de 2026 ("Ata de AGE") para corrigir, em razão de erro material, o valor da redução de capital nela aprovada, de modo que, na Ata de AGE, **onde se lê** R\$ 13.520.858,16 (treze milhões, quinhentos e vinte mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos) **passa-se a ler** R\$ 13.380.035,95 (treze milhões, trezentos e oitenta mil e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos), e o valor do capital social resultante constante da Ata de AGE, de modo que, **onde se lê** R\$ 85.466.763,62 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos) **passa-se a ler** R\$ 85.607.585,83 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos), passando, portanto, o capital social da Companhia de R\$ 98.987.621,78 (noventa e oito milhões, novecentos e oitenta e sete mil, seiscentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos) para R\$ 85.607.585,83 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos). Restam inalteradas as demais condições da redução de capital aprovada na Ata de AGE, a ser realizada nos termos do art. 173 da Lei nº 6.404/1976, por julgá-lo excessivo em relação às atividades desenvolvidas pela Companhia, sem o cancelamento de ações, mediante a restituição do valor aos acionistas, na proporção da participação de cada um no capital social da Companhia. Ratificar a consignação feita na Ata de AGE de que, considerando que o valor de restituição a que faria jus o acionista Multiconsult Investimentos Ltda. corresponde a uma fração de centavo de real (R\$ 0,00001), a restituição ocorrerá integralmente em favor do acionista BLF Fundo de Investimento Financeiro Multimercado - Responsabilidade Limitada, que fará jus ao valor total de R\$ 13.380.035,95 (treze milhões, trezentos e oitenta mil e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos) mediante a entrega dos seguintes bens: (a) 951.000 (novecentas e cinquenta e uma mil) ações ordinárias; e (b) 2.979.000 (dois milhões, novecentas e setenta e nove mil) ações preferenciais Classe A, todas nominativas e sem valor nominal de emissão da companhia aberta Grupo Salta Educação S.A., inscrita no CNPJ sob nº 17.765.891/0001-70 ("Grupo Salta") e de titularidade da Companhia, avaliadas com base nos valores contábeis apurados no balanço da Companhia de 31 de março de 2026. Observados os requisitos e prazos legais aplicáveis, os acionistas autorizaram a Administração a tomar as providências para realizar a transferência dos ativos descritos acima. Em decorrência da re ratificação acima deliberada, retificar o valor do capital social constante do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 5º - O capital social é de R\$ 85.607.585,83 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos), dividido em 7.530.483.602,362 (sete trilhões, quinhentos e trinta bilhões, quatrocentos e oitenta e três milhões, seiscentas e duas mil, trezentas e sessenta e duas) ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal." 6. **Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Assim sendo, foi encerrada a sessão e lavrada esta ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Acionistas Presentes:** BLF Fundo de Investimento Financeiro Multimercado - Responsabilidade Limitada e Multiconsult Investimentos Ltda.
 Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026.
 Diogo Alexandre de Melo Bahia - Presidente da Assembleia
 Ana Carolina de Oliveira Silva Moreira Lima - Secretária da Assembleia
Acionistas:
BLF FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO MULTIMERCADO - RESPONSABILIDADE LIMITADA
ULTICONSULT INVESTIMENTOS LTDA.

Cardeal TempestaOrani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro**Semana de Oração
pela Unidade dos
Cristãos 2026***"Um só corpo e um só espírito, como uma só é a
esperança à qual Deus vos chamou" (Ef 4,4)*

Na semana de 17 a 24 de maio, ou seja, entre a solenidade da Ascensão do Senhor até Pentecostes a Igreja no hemisfério sul vive a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, no hemisfério norte e ocorreu entre os dias 18 e 25 de janeiro. Conforme era o desejo de Jesus que todos os povos fossem um do mesmo modo que Ele e o Pai eram um.

Todos os anos pedimos que o Espírito Santo ilumine o coração de todos e pedimos pela unidade dos cristãos e pela paz. Jesus soprou o Espírito Santo sobre os discípulos e os enviou em missão para que dessem início a Igreja primitiva, do mesmo modo nos dias de hoje o Senhor nos envia para que saíamos e anunciemos o Evangelho, independente de raça, classe social ou religião.

Imbuídos pelo Espírito Santo somos chamados a pregar a unidade de todos e a paz, pois temos que ter os mesmos sentimentos de Jesus. Por isso, ao longo dessa semana clamamos ao Espírito Santo que conduz e guia a Igreja para que todos os cristãos sejam um e se unam pela paz. Cristo é a cabeça da Igreja e nós somos os membros, somos os discípulos e missionários de Jesus, sejamos sal na terra e luz no mundo, e espalhemos o amor de Deus para todos.

O tema escolhido para a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos deste ano é: "Um só corpo e um só espírito, como uma só é a esperança à qual Deus vos chamou" (Ef 4,4). O tema fala daquilo que mencionamos acima somos o corpo de Cristo, pois pertencemos a Igreja na qual Ele é a cabeça. O Espírito Santo guia a nós e a Igreja, e por meio do Espírito Santo nutrimos em nós a esperança da qual Deus nos chamou.

A Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos é uma semana para que de fato nos dediquemos a oração e pedir a Deus que venha a paz, não somente a paz entre os cristãos, mas sobretudo a paz mundial. Estamos atravessando momentos difíceis com guerras para todo lado, e uma delas inclusive na terra onde Jesus viveu. É exatamente guerra por busca de território e em nome de Deus. Peças ao longo dessa semana a paz para todos os povos.

Ao longo dessa semana os representantes das diversas denominações cristãs são convidados a se reunirem, realizarem momentos de oração e uma vigília pedindo a paz. As diversas Arquidioceses e Dioceses espalhadas no hemisfério sul devem promover ações de oração ao longo dessa semana e inclusive uma vigília, do mesmo modo que aconteceu no hemisfério Norte em janeiro. Também deve acontecer um culto ecumênico, com o principal objetivo de promover o diálogo entre as religiões e a paz.

Neste ano de 2026, as orações e reflexões que serão utilizadas durante a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos foram preparadas por fiéis apostólicos armênios, com a colaboração dos irmãos e irmãs das Igrejas Católicas e Evangélicas Armênicas.

Jesus veio para todos e não para um determinado povo específico, e que todos os povos devem se unir pela paz. Jesus antes de voltar em definitivo ao Pai sopra sobre os discípulos o Espírito Santo e os envia em missão, aos quatro cantos da terra para que anunciem a Palavra de Deus, perdoassem os pecados e curassem os doentes. Nos dias de hoje, Jesus envia cada um de nós para que sejamos construtores da paz e por meio do diálogo aproximemos do Senhor aqueles que estão afastados.

O tema proposto para essa Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos quer nos dizer que Jesus veio para todos e é um mesmo Espírito que nos une e incita a todos a promoverem a paz. Conforme observamos Jesus em sua vida pública vai na contramão daquilo que a sociedade da época pensava, enquanto a sociedade pregava o ódio, Jesus pregava o amor e a inclusão. Infelizmente é o cenário que vivemos hoje o mundo prega o ódio e a guerra, mas nós cristãos devemos pregar o amor e a paz.

A Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos é promovido pela Comissão de Ecumenismo e Diálogo Interreligioso da Arquidiocese com a participação e apoio do Conic-Rio. Todo aquele que se diz "cristão" deve procurar fazer o bem, amando o próximo, escolhendo o caminho da justiça e não da injustiça, pois, Cristo ensinou justamente o caminho da justiça e do amor. Como dissemos desde o início, todas as religiões cristãs, tem a raiz em Jesus Cristo. Por isso, todas deveriam se unir e pregar a mesma linguagem do amor.

Aqui no hemisfério Sul as igrejas celebram tradicionalmente a semana de oração pela unidade dos cristãos no período que antecede a festa de Pentecostes, período que foi sugerido pelo movimento fé e ordem, em 1926, que é um momento simbólico para a unidade da Igreja. Em contrapartida no hemisfério Norte, o período tradicional para a celebração da semana de Oração pela unidade dos cristãos (SOUC), é no período de 18 a 25 de janeiro. Essas datas foram propostas por Paul Watson.

Como em todos os anos, a nossa Arquidiocese junto com o CONIC RIO (Conselho das Igrejas Cristãs do estado do Rio de Janeiro) preparou uma programação ao longo dessa semana, atendendo ao pedido do CONIC e do Santo Padre procurando dialogar com os membros das outras igrejas, buscando juntos o caminho para a paz. Para pedirmos a Deus a paz ao mundo inteiro, primeiro os membros das igrejas cristãs precisam estar em paz, é necessário antes de tudo dar o exemplo para que todos façam o mesmo.

A Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos conclui-se na solenidade de Pentecostes, no Domingo dia 24 de maio, concluindo o tempo pascal. Pedindo que o Espírito Santo infunda em todos o dom do amor e que todos os cristãos possam falar mesma língua, ou seja, a linguagem do amor. Era o desejo de Jesus que todos fossem um e edificassem aqui na terra o reino de Deus.

As pessoas cristãs são chamadas a ser um sinal de Deus, vivendo de forma concreta a unidade na diversidade. Que todos sejam um como era o desejo de Jesus e que mesmo na diversidade de religiões, raças e línguas, estejamos unidos pela fé em Cristo e construamos uma sociedade mais justa e fraterna.

REI DAS RACHADINHAS**Flávio nega ter mentido
sobre ligação com Vorcaro**POR GABRIEL DE SOUSA, NAOMI
MATSUI E VICTOR OHANA/AE

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato a presidente, afirmou nesta sexta-feira, em entrevista à CNN Brasil que não mentiu quando negou ter cobrado dinheiro do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, minutos antes da reportagem do The Intercept publicar o contrário. Flávio voltou a sustentar que omitiu a relação com Vorcaro por causa de um contrato de confidencialidade sobre o filme "Dark Horse", que homenageia o pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

"Eu não foi pego na mentira. Se alguém não compreendeu a razão da minha obrigação de me comportar daquele jeito, eu pe-

ço desculpas. Eu estou nesse processo e eu sabia que tudo isso iria acontecer, essa perseguição", declarou o pré-candidato à Presidência.

Flávio disse ainda ser vítima de uma perseguição por parte do governo federal, que estaria utilizando a imprensa para atacá-lo devido ao crescimento dele nas pesquisas. Ele declarou que não cometeu irregularidades: "não tem absolutamente nada para me pegar".

"Sempre soube que o PT iria jogar sujo, eu sempre soube da dificuldade que iria ser e eu sei que vai ser difícil esse caminho até lá. Mas eu quero falar para todo mundo que eu estou preparado. (...) Não vão roubar a nossa esperança, vamos sair disso muito mais forte do que entramos", disse o senador.

Flávio disse ainda que irá "incomodar muita gente" e que está colocando a vida dele em risco ao se candidatar à Presidência. Enquanto era questionado sobre os milhões solicitados por ele a Vorcaro, o senador declarou que está fazendo agendas de pré-campanha com coletes à prova de bala e faca.

No áudio divulgado pelo Intercept, datado de 8 de setembro, Flávio pede dinheiro a Vorcaro para financiar o filme Dark Horse. Segundo o Intercept, o valor negociado seria o de R\$ 134 milhões, com R\$ 61 milhões sendo destinados para a produtora do longa. O senador estaria então solicitando o pagamento do restante da cifra.

"Fico sem graça de ficar te cobrando, mas é que está um momento muito decisivo do filme

e, como tem muita parcela para trás, está todo mundo tenso, preocupado", diz o senador. Ao pedir dinheiro para Vorcaro, Flávio diz que havia risco de calote sobre o ator principal que interpreta Bolsonaro, Jim Caviezel, e o diretor da obra, Cyrus Nowrasteh.

Flávio ainda diz a Vorcaro que sabe que o banqueiro "está passando por um momento difícil, mas aí também, com essa confusão toda", em referência à crise vivida pelo Master antes da liquidação pelo Banco Central (BC), em novembro do ano passado.

Em outras mensagens obtidas pelo Intercept, Flávio ainda escreve ainda a Vorcaro: "Irmão, estou e estarei contigo sempre, não tem meia conversa entre a gente. Só preciso que me dê uma luz! Abs", disse.

EX-MINISTRO**José Dirceu é diagnosticado com
linfoma e inicia tratamento em SP**

O ex-ministro José Dirceu foi diagnosticado com linfoma. Segundo boletim médico divulgado nesta sexta-feira pelo Hospital Sírio-Libanês, ele se encontra em boas condições clínicas e

permanecerá internado para iniciar o tratamento específico.

José Dirceu está internado desde o último domingo, quando a doença foi detectada durante a realização de exames

gerais. Ele está sendo atendido pela equipe dos médicos Raul Cutait, Roberto Kalil e Celso Arrais.

Ministro da Casa Civil durante o primeiro mandato do

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2005, Dirceu já foi eleito três vezes deputado federal e presidiu o Partido dos Trabalhadores (PT) entre 1995 e 2002.

REVOLTA DA CHIBATA**MPF cobra julgamento da Marinha por
ofensas ao legado de João Cândido**

ISABELA VIEIRA/ABRASIL

O Ministério Público Federal (MPF) solicitou à Justiça Federal que antecipe o julgamento da ação civil pública movida contra a União por reiterados ataques da Marinha do Brasil à memória de João Cândido Felisberto. No início do século 20, o marinheiro liderou a chamada Revolta da Chibata contra os castigos físicos a bordo dos navios da força militar.

Em novo requerimento apresentado, o MPF argumenta que os danos morais coletivos estão "demonstrados pelos próprios fatos reconhecidos na ação". O órgão de defesa de direitos quer que a União pague R\$ 5 milhões por ano de dano moral.

"As manifestações de autoridades públicas devem se submeter a um cuidado maior com a exposição dos fatos nos quais elas se baseiam, devido ao maior alcance e efeitos gerados na população", destacou o MPF em réplica apresentada à Justiça Federal.

Para o MPF, algumas manifestações de oficiais da Marinha so-

bre a trajetória de João Cândido são ofensivas e configuram violação direta à memória coletiva e aos direitos da população negra brasileira.

Além do dano moral coletivo, o MPF quer que a Justiça Federal também proíba "novos atos que desabonem a memória" do Almirante Negro.

LIVRO DE HERÓIS

Assinada pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão adjunto Julio Araujo, a ação foi apresentada em abril de 2024, quando a Marinha se manifestou contra a inscrição de João Cândido no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria, aprovada no Senado.

No documento, a revolta liderada pelo marinheiro foi classificada como "deplorável página da história nacional" e "fato opróbrio", enquanto seus líderes receberam qualificações negativas. A carta foi assinada pelo comandante da Marinha, Marcos Sampaio Olsen.

De acordo com o MPF, a manifestação da Marinha revela "perseguição institucional contínua",

que contraria lei federal que anistia João Cândido e os demais marinheiros que participaram de uma revolta em defesa de suas vidas e por dignidade.

Na avaliação do Ministério Público, a anistia "não possui apenas caráter jurídico, mas também simbólico, ao reconhecer a legitimidade da luta contra os castigos físicos na Marinha".

O órgão federal sustenta ainda que a insistência na visão negativa contra o Almirante Negro é uma afronta a toda população negra no país, que é "revitimizada".

Em manifestações anteriores, o MPF já citou entendimento do Superior Tribunal de Justiça afirmando que o dano moral coletivo dispensa comprovação de dor ou abalo individual, bastando a demonstração de ofensa à moral e a valores de determinado grupo social.

REVOLTA DA CHIBATA

Em 1910, a Revolta da Chibata mobilizou marinheiros, a maioria negros e pobres, contra açoites e condições degradantes na Marinha. O movimento emergiu após

um homem receber 250 chibatadas. Em quatro dias de levante, os castigos foram abolidos.

"Meu pai dizia que amava a Marinha, independente de tudo o que ele passou", conta Adalberto Candido, filho do marinheiro.

O relato coincide com a conclusão de pesquisas realizadas pelo historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), José Murilo de Carvalho, que estudou a biografia do Almirante Negro.

João Cândido cresceu numa instituição militar onde prevalece a disciplina. Mesmo após sua expulsão, João Cândido manteve um relacionamento sentimental com a instituição. Foi visto idoso se despedindo quando o navio Minas Geraes foi desligado.

A liberdade, para ele, significava o direito a um tratamento que não fosse assemelhado aos escravos, como os próprios marinheiros diziam. Mas sem perder de vista a importância da disciplina", explicou José Murilo de Carvalho alguns anos atrás em entrevista à EBC.

DOENTINHO**Bolsonaro tem quadro de instabilidade
no equilíbrio corporal, dizem médicos**

MARIA MAGNABOSCO/AE

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) apresentou quadro persistente e inalterado de instabilidade do equilíbrio corporal, segundo o relatório médico semanal desta sexta-feira, enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF). Os médicos também informaram que foi identificada uma alteração leve que ainda permanece na parte inferior do seu pulmão esquerdo.

Em março deste ano Bolsonaro, passou duas semanas interna-

do em Brasília parra tratar de uma pneumonia ocasionada pelos episódios de soluções. No início de maio, o ex-presidente voltou a ser hospitalizado para realização de uma cirurgia no ombro direito. Agora, em prisão domiciliar, ele recebe acompanhamento de profissionais, que enviam semanalmente um relatório ao STF sobre seu quadro de saúde.

Segundo o último documento encaminhado à Corte, Bolsonaro "apresentou quadros recorrentes e persistentes de soluções

nos últimos dias, com considerável melhora e estabilização após ajuste terapêutico". Os profissionais também relataram que a pressão arterial de Bolsonaro está controlada.

Segundo os médicos, ele está realizando de forma regular e diária um "protocolo de fisioterapia motora leve, além do uso de tipoia para imobilização parcial do membro superior direito".

O ex-presidente não está mais se queixando de dor neste pós-operatório e está usando medica-

mentos analgésicos por via transdérmica, ou seja, aplicados diretamente na pele, na forma de adesivos ou géis, para serem absorvidos e caírem na corrente sanguínea.

Condenado a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado, o ex-presidente teve prisão domiciliar humanitária concedida pelo ministro Alexandre de Moraes em março, com prazo inicial de 90 dias, para se recuperar da broncopneumonia. Antes, ele cumpria pena no 19.º Batalhão da PM do DF.

FALASTRÃO

PGR denuncia Romeu Zema por calúnia contra Gilmar

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou nesta sexta-feira o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) pelo crime de calúnia contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

A denúncia faz menção a uma série de vídeos publicados por Zema em suas redes sociais, intitulados "Os intocáveis". Os vídeos trazem sátiras que relacionam Mendes e outros ministros da Corte com o caso do Banco Master.

A manifestação da PGR foi protocolada por volta das 17h30 e ainda não tem relator.

O crime de calúnia é caracterizado pela imputação falsa de um ato que é considerado crime.

Zema é pré-candidato à presidência da República e passou a trocar farpas com Gilmar após uma entrevista concedida pelo ministro à imprensa.

Além de criticar os vídeos



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

publicados pelo ex-governador, Mendes caçou do sotaque do político e disse que ele "governou Minas com liminares do STF", se referindo a decisões que suspenderam o pagamento da dívida do estado com

a União.

No auge do embate, Gilmar pediu a inclusão de Zema no inquérito das Fake News, relatado por Alexandre de Moraes.

Em nota à imprensa, Zema declarou que "intocáveis não

aceitam críticas".

"Os intocáveis não querem prestar contas de seus atos. Os intocáveis se julgam acima dos demais brasileiros. Não vou recuar um milímetro", declarou.

STF

Dino manda apurar desvio de emendas para filme de Bolsonaro

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta sexta-feira, a abertura de um novo processo para investigar a suspeita de envio de emendas parlamentares para custear o filme Dark Horse, inspirado na trajetória do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL).

A apuração, ainda em caráter

preliminar e com sigilo nível 3, tem como base petições dos deputados Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ) e Tabata Amaral (PSB-SP).

Em março, Dino pediu explicações da Câmara sobre o envio de emendas parlamentares para organizações ligadas à Karina Ferreira Gama, produtora do filme Dark Horse.

Tabata apontou um "ecossistema de pessoas jurídicas inter-

conectadas", sob o comando da roteirista. "Tal configuração estabeleceu um 'grupo econômico por coordenação' que, na prática, pode estar constituindo-se como um óbice à rastreabilidade dos recursos públicos", sustentou.

O despacho que determinou o desmembramento da apuração foi proferido na mesma semana em que o site The Intercept Brasil revelou que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) negociou com

o banqueiro Daniel Vorcaro um financiamento de R\$ 134 milhões para financiar o filme.

Segundo Dino, o desmembramento é para "melhor organização dos atos processuais e delimitação do objeto da presente ação de controle abstrato".

A ação original, relatada por Dino, é a que trata sobre o controle de transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares.

NOTÍCIA FALSA

Ex-juiz do TRE propõe nova classificação para fake news

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

A dificuldade em se definir juridicamente o que são fake news e deepfake foi o tema da mesa Desafios na segurança das redes digitais e infraestrutura das eleições de 2026, nesta sexta-feira, no São Paulo Innovation Week (SPIW).

Mediado pela ex-senadora Kátia Abreu (PT-TO) (foto), o debate contou com as participações de Edilene Lobo, ex-ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e do professor Diogo Rais, ex-juiz do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP). Também estiveram presentes o ex-presidente da OAB-SP, Luiz Flávio D'Urso, e Michael Mohallem, gerente de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google.

Rais criticou a perspectiva atual da Justiça Eleitoral de considerar como notícia falsa, ou notícia fraudulenta, como ele propõe chamar, fatos sabidamente inverídicos - isto é, que são comprovadamente mentirosos.

O especialista em direito eleitoral sugeriu a adoção de um novo entendimento, que defina fake news como conteúdos enganosos com potencial lesivo. Ou seja, bastaria o conteúdo gerar uma dúvida no eleitorado sobre se determinado fato é verdadeiro ou não, abrindo mar-

gem para danos a um candidato ou partido.

Ele usou como exemplo um caso real, da última eleição municipal, em que um candidato acusou o adversário de ter um filho fora do casamento. O acusado, então, acionou a Justiça Eleitoral e pediu a remoção do conteúdo. A juíza, porém, disse que sem um teste de DNA não seria possível determinar se a acusação era sabidamente inverídica - falsa.

"É bizarro a Justiça Eleitoral determinar um exame de DNA. A Justiça Eleitoral tem esse nome porque cuida de eleições, não de família", diz ele. "Na prática, tratar fake news como fato sabidamente inverídico implica transformar a Justiça Eleitoral numa Justiça universal, sem paralelo no mundo."

Caso o entendimento fosse de conteúdo enganoso, a publicação seria retirada por haver dúvidas. Não estaria em debate a veracidade da afirmação.

"Para saber se o conteúdo é falso, eu preciso do DNA, mas para determinar se ele é enganoso, não. Por quê? Basta eu ter dúvidas sobre o conteúdo, não é necessário ter certeza", afirma Rais. "Se o filho não é reconhecido, não há nenhum material probatório, nenhuma certidão, aquele filho pode ser dele como qualquer outra pessoa poderia ser filha dele. Havendo dúvida, me parece que a afirmação de uma dúvida é enganosa por si, e

ANTONIO CRUZ/ABRASIL



ai caberiam a remoção do conteúdo e outras penalidades, sem precisar de DNA."

A ex-ministra do STJ Edilene Lobo traçou uma linha do tempo elogiosa da digitalização do processo eleitoral brasileiro, passando pelas urnas eletrônicas, mas manifestou preocupação com o que chamou de "digitalização extremada" que permitiu a "manipulação digital".

"No cerne da manipulação estão as fake news, que agora na versão repaginada se chamam deepfakes, que também enfrentam um problema de conceitualização", afirma ela. "Por isso a necessidade de tratar cada caso com um termômetro na mão,

com uma regra preexistente e com velocidade suficiente para evitar que a solução para uma lesão venha quando talvez não seja possível atalhar um dano."

A ex-ministra disse ainda que o sistema eleitoral brasileiro, com a urna eletrônica e outros processos digitalizados, é um exemplo para o mundo. Kátia Abreu também defendeu as urnas e criticou os ataques feitos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Já passei por 10 eleições, entre as minhas e dos meus filhos. Vencemos sete, perdemos três. Nunca questioneei as urnas, nunca duvidei. Muito pelo contrário, em nenhuma dessas eleições fui surpreendida: a gente sabe, no fundo, quando vai perder", conta ela.

Ex-presidente da OAB-SP, Luiz D'Urso lembrou que as mentiras sempre estiveram presentes nos processos eleitorais, mas que os avanços tecnológicos ampliaram o potencial de dano e, em muitos casos, tornaram o processo irreversível. "Diante da explosão daquela informação que não é verdadeira e é danosa ao candidato, não dá tempo de reverter, de desmentir."

Nesse sentido, uma das novidades na eleição deste ano é a proibição pelo TSE da circulação de conteúdos produzidos ou alterados por inteligência artificial entre 72 horas antes e 24 horas depois do pleito.

CASO VORCARO

Após denúncias, chance de vitória de Flávio despensa

ARÍCIA MARTINS/AE

Após a divulgação pelo The Intercept Brasil de trocas de mensagens entre o senador e pré-candidato à presidência Flávio Bolsonaro e o banqueiro Daniel Vorcaro, a chance de o filho de Jair Bolsonaro se eleger despencou nos mercados de predição. É o que mostra monitoramento do Aposto Legal, plataforma que fornece informações sobre apostas esportivas e cassinos online, a fim de verificar se são confiáveis e legalizados.

Na Polymarket, as apostas de que Flávio vencerá o pleito presidencial recuaram 14 pontos percentuais, de 43% para 28,4%, em apenas 24 horas. Em igual intervalo, a probabilidade de vitória de Romeu Zema (Novo), ex-governador de Minas Gerais, praticamente dobrou, alcançando 7%. O presidente Lula (PT) lidera a preferência dos investi-

dores, com 45% de chance de vitória.

Liderança do MBL, Renan Santos (Missão) aparece com cerca de 10% Ronaldo Caiado (União) tem apenas 1%.

"Flávio Bolsonaro chegou a se aproximar da liderança, mas perdeu tração recentemente. Lula, por outro lado, voltou a abrir vantagem e aparece novamente como o principal favorito segundo os usuários da plataforma", aponta a ferramenta de monitoramento e bets.

As informações foram retiradas dos sites de mercados de predição, bloqueados no Brasil, mas sediados e operando no exterior, uma vez que as apostas em eleições no País são proibidas pela regulamentação vigente.

A lista oficial de candidatos ainda depende das convenções partidárias e do registro das candidaturas, observa o Aposto Legal.

CORTE SUPREMA

Justiça italiana reforça direito à cidadania por descendência

A Corte Suprema di Cassazione da Itália decidiu nesta semana que a cidadania italiana na iure sanguinis, transmitida por descendência, tem caráter permanente e imprescritível.

Na decisão, a Corte reconheceu que a impossibilidade de acessar os mecanismos administrativos pode gerar insegurança jurídica suficiente para legitimar ações perante o Judiciário, mesmo sem uma negativa formal do Estado italiano.

A análise da Corte partiu de um caso envolvendo descendentes de italianos que relataram não conseguir agendar atendimento junto ao consulado italiano para dar entrada no pedido administrativo de cidadania. Ao avaliar a situação, os magistrados entenderam que obstáculos prolongados e limitações práticas de acesso ao sistema podem justificar a busca pela via judicial.

No ano passado, o governo italiano modificou a lei que permite a concessão de cidadania por direito de sangue, restringindo o benefício apenas a filhos e netos de cidadãos nascidos na Itália. Antes

da mudança, qualquer descendente de italianos poderia pedir a cidadania.

Para a CEO da TMG Cidadania Italiana, Ariela Tamagno, a manifestação da Corte representa um reconhecimento institucional de dificuldades enfrentadas há anos por milhares de descendentes ao redor do mundo.

"A decisão não elimina a via administrativa e tampouco significa reconhecimento automático da cidadania. O que a Corte reconhece é que o acesso ao próprio sistema também faz parte do exercício do direito", afirma.

De acordo com o advogado especialista em cidadania europeia Fábio Gioppo, do escritório Gioppo & Conti, a decisão deixa claro que não existe obrigação legal de esgotar a fila administrativa antes do processo judicial.

"A pessoa não precisa comprovar que conseguiu o agendamento, demonstrar que protocolou o pedido no consulado nem que entrou em uma fila administrativa, segundo essa definição da Corte de Cassação", explica.

INSS

Ex-presidente de CPI pede explicação da PF sobre troca de delegado

LEVY TELES/AE

O senador Carlos Viana (PSD-MG) pediu esclarecimentos ao diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Passos Rodrigues, sobre a substituição do delegado responsável por investigação relacionada às fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No ofício enviado na manhã desta sexta-feira, Viana, que presidiu a CPI do INSS, enviou seis perguntas para a PF responder.

"O Brasil espera que todas as apurações avancem com independência, autonomia e absoluta imparcialidade, especialmente em casos de elevada repercussão nacional", disse Viana. A PF substituiu o delegado que chefiava o in-

quérito que apura o escândalo de descontos associativos não autorizados em aposentadorias e não respondeu se a troca ocorreu a pedido do próprio delegado ou se foi por uma definição do comando da corporação. O delegado Guilherme Figueiredo Silva era chefe da Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários da Polícia Federal e foi o responsável por coordenar e conduzir as investigações sobre o INSS. Foi ele quem, por exemplo, pediu a realização de investigação contra Fábio Luís Lula da Silva, filho mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa troca no caso motivou uma reunião do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça com a equipe da PF nesta sexta.

CESSAR-FOGO

EUA dizem que Israel e Líbano concordaram com extensão de 45 dias

THAIS PORSCH/AE

Líbano e Israel concordaram com uma extensão de 45 dias do acordo de cessar-fogo de 16 de abril para permitir que a via de segurança melhora significativamente a comunicação, informou o Departamento de Estado dos EUA, que vem sendo o mediador das conversas.

"Os dois países concordaram com um quadro para negociações visando avançar em direção a uma paz duradoura, o pleno reconhecimento da soberania e integridade territorial de cada um e o estabelecimento de uma segurança genuína ao longo de sua fronteira compartilhada", disse o departamento em nota.

Uma nova rodada de conversas, mediada por Washington, acontecerá nos dias 2 e 3 de junho com delegações militares.

Segundo a agência, os EUA permanecem cientes dos desafios colocados pelos contínuos ataques do Hezbollah a Israel, sem o consentimento ou aprovação do governo do Líbano, realizados com o objetivo de atrapalhar esse processo. "Continuaremos a apoiar ambos os países à medida que avançam nessas duas vias", acrescentou.

Um alto funcionário norte-americano disse à rede Al Jazeera que "a atmosfera no segundo dia de conversas entre o Líbano e Israel em Washington foi muito positiva e superou as expectativas".

PENA DE MORTE

Em 4 décadas, estado do Texas, nos EUA, executou 600 pessoas

O Texas, nos Estados Unidos, executou na quinta-feira passada, um homem condenado por assassinato. Ao todo nas últimas quatro décadas, o Estado americano executou 600 pessoas. Edward Busby Junior foi condenado à pena de morte pelo homicídio da professora Laura Lee Crane, de 77 anos. Ela trabalhou na Universidade Cristã do Texas, mas, na época do crime, já estava aposentada.

Os promotores afirmaram que Busby e sua cúmplice, Kathleen Latimer, sequestraram Laura em seu carro em um estacionamento de supermercado em Fort Worth e depois a colocaram no porta-malas do veículo enquanto circulavam pela região, em janeiro de 2004. Segundo os promotores, ela morreu no porta-malas após sufocar.

Depois do crime, Busby foi preso em Oklahoma City, com o carro de Laura. Ele levou as autoridades até o local onde o corpo dela estava no Estado de Oklahoma, ao norte da fronteira com o Texas.

DEFICIÊNCIA

Kathleen está presa e cumpre pena de prisão perpétua por assassinato. Tanto um especialista contratado pela defesa quanto outro contratado pelo gabinete do promotor distrital do Condado de Tarrant, responsável pela acusação, concluíram que Busby tinha deficiência intelectual.

A Suprema Corte dos EUA proibiu, em 2002, a execução de pessoas com deficiência intelectual, mas concedeu aos Estados certa autonomia para definir com essas condições são avaliadas.

O gabinete do promotor já havia recomendado que a sentença de Busby fosse reduzida para prisão perpétua. No entanto, o juiz do caso discordou das conclusões sobre deficiência intelectual e, em 2023, manteve a pena de morte.

Na semana passada, a Corte de Apelações do 5º Circuito dos EUA emitiu uma suspensão da execução para revisar mais profundamente as alegações de deficiência intelectual.

Contudo, a Suprema Corte derrubou a suspensão na quinta-feira, a pedido do gabinete do procurador-geral do Texas. O órgão argumentou que recursos semelhantes já haviam sido rejeitados anteriormente e eram "sem mérito" e baseados em "evidências conflitantes".

Os advogados de Busby rapidamente solicitaram outra suspensão, mas ela foi negada por um tribunal inferior. Em comunicado divulgado na quarta-feira, 13, o gabinete do promotor afirmou ter solicitado a data da execução de quinta-feira porque acreditava que, segundo a legislação atual, Busby não tinha deficiência intelectual. Outras duas datas de execução de Busby já haviam sido adiadas pelos tribunais.

EXECUÇÃO

Busby foi declarado morto às 20h11 após receber uma injeção letal na penitenciária estadual de Huntsville.

Questionado pelo diretor da prisão se tinha uma declaração final, Busby pediu desculpas repetidamente e pediu perdão. "Lamento muito pelo que aconteceu", afirmou.

Ele disse que gostaria de "poder voltar atrás em tudo" e acrescentou que "não tinha o direito de entrar naquele carro". "Assumirei a culpa se isso ajudar", afirmou.

O homem disse ainda ter entregado sua vida a Deus e pediu a uma irmã, que rezava e observava por uma janela a pouca distância dali, que encontrasse uma igreja e "carregasse sua cruz". "Estou aqui porque esta é a vontade de Deus", disse Busby.

A execução foi a de número 600 no Texas desde que o Estado retomou a aplicação da pena de morte em 1982. Busby também foi a quarta pessoa executada neste ano no Texas e a 12ª em todo o país. Mais cedo, na quinta-feira, Oklahoma executou Raymond Johnson por matar a ex-namorada e a filha dela, de 7 meses, há quase 20 anos.

O autor e historiador Bryan Mark Rigg representou a família de Laura como testemunha na execução e afirmou que eles "nem apoiam nem se opõem à pena de morte". "No entanto, estão unidos em seu respeito pelo Estado de Direito", acrescentou.

Rigg disse que, na infância, foi aluno de Laura e que, durante décadas, a professora ajudou crianças a superar dificuldades de aprendizagem. Para ele, ela "foi descartada em um campo como um pedaço de lixo" e a execução não se tratava de vingança, mas de "responsabilização perante a lei e de lembrar a vida de uma educadora extraordinária".

BOLÍVIA

Bloqueios e pressão popular exigem renúncia de presidente

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Uma série de bloqueios em estradas em torno da capital da Bolívia, La Paz, desafia o recém-empossado governo de Rodrigo Paz (foto), que assumiu há apenas seis meses após quase 20 anos de hegemonia da esquerda no país andino.

Os protestos foram uma reação à promulgação da Lei 1.720, que teria potencial de alterar a propriedade de terras na Bolívia. O movimento, que começou exigindo a revogação do texto, ganhou adesão de outras categorias, como professores e mineiros, com alguns grupos exigindo a renúncia do presidente.

Aprovada pelo Parlamento em março deste ano, a Lei 1.720 foi promulgada em 10 de abril por Rodrigo Paz. A legislação autoriza a conversão de pequenas propriedades tituladas em propriedades médias que, com a mudança de status, poderiam ter acesso a créditos.

Apoiada por organizações empresariais agrícolas, a norma seria, segundo o governo, uma forma de impulsionar a agricultura no país e reativar a economia, que sofre com crises cambiais por escassez de dólares.

Por outro lado, movimentos indígenas e campesinos alertam



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

que a lei coloca em risco terras coletivas do campesinato com potencial de desalojar pequenos proprietários que ficariam expostos à especulação imobiliária e hipotecas.

A doutoranda em ciência política na Universidade de São Paulo (USP) Alina Ribeiro, que estuda a Bolívia, explicou à Agência Brasil que os movimentos populares temem a desintegração das terras comunais, trabalhadas coletivamente.

"O ideal seria que o governo facilitasse o crédito também para pequenas propriedades porque na Bolívia tem comunidades indígenas, reconhecidas pelo Estado, que se organizam em territórios comunitários originários. Eles falam é que esse tipo de lei pode estimular uma desintegração desses territórios", explicou Alina Ribeiro.

MOBILIZAÇÃO

Ainda no início de abril, orga-

nizações indígenas e populares iniciaram marchas rumo a La Paz exigindo a revogação da lei a partir dos departamentos de Pando e Beni, no norte do país, em uma região amazônica.

Já são quase 30 dias de marchas por mais de 400 quilômetros de estradas. Atualmente, milhares de manifestantes bloqueiam alguns acessos à capital do país. A mobilização ganhou adesão de outros setores ao longo das últimas semanas.

PERU

Esquerda enfrenta Fujimori em 2º turno após apuração tumultuada

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Após mais de um mês de apuração tumultuada, o Peru conhece finalmente os candidatos que disputarão o segundo turno das eleições presidenciais do país andino, marcado para o dia 7 de junho.

O país ainda elegeu 130 deputados e 60 senadores para os próximos cinco anos, em meio à permanente crise política para definir o nono presidente do país em dez anos.

A candidata de direita Keiko Fujimori, filha do ex-ditador Alberto Fujimori, que teve 17,18% dos votos, enfrenta o candidato de esquerda Roberto Sánchez Palomino, que ficou com 12,03% dos votos. Sánchez foi ministro do ex-presidente Pedro Castillo, deposto e preso acusado de tentativa de golpe.

Sánchez vinha disputando o segundo lugar com o ultraconservador Rafael Aliaga, que terminou com 11,9% dos votos, apenas 21 mil votos atrás do segundo colocado. No Peru, mais de 27 milhões de pessoas estavam aptas a votar em um pleito que contou com 35 candidatos presidenciais.

Em meio a apuração das urnas, veio a pública denúncia do Ministério Público do Peru contra o candidato de esquerda com pedido de 5 anos e 4 meses de prisão por supostas irregularidades na prestação de contas partidárias entre 2018 e 2020. Sánchez nega as acusações.

ELEIÇÃO TUMULTUADA

Tumultuaram o processo no país vizinho os atrasos em alguns

centros de votação, em Lima; as denúncias, sem provas, do candidato derrotado Rafael Aliaga de suposta fraude na votação; além da renúncia da autoridade eleitoral e atrasos na apuração.

Apesar dos problemas logísticos, as missões da União Europeia e da Organização dos Estados Americanos (OEA) afirmaram que não foram encontradas evidências que sustentem qualquer alegação de fraude.

A proclamação oficial dos resultados será realizada neste domingo pelo Jurado Nacional de Eleições (JNE) do Peru, após um processo inédito de recontagem de votos. Houve ainda pedidos para nova votação, o que foi rejeitado pela autoridade eleitoral.

Quarto país mais populoso da América do Sul, com cerca de 34 milhões de habitantes, o Peru tem uma fronteira de 2,9 mil quilômetros com o Brasil, a segunda maior depois da Bolívia.

OS VENCEDORES

Filha do ex-ditador Alberto Fujimori, que governou o Peru de 1990 a 2000, Keiko Fujimori perdeu no segundo turno nas últimas três eleições, de 2011, 2016 e 2021.

As seguidas derrotas da Keiko alimentam esperanças do segundo colocado por sugerir que ela não tem conseguido ultrapassar um teto de votos devido a resistência à herança da política do pai, condenado por violações de direitos humanos.

A filha do ex-ditador tem pregado uma aproximação maior com os Estados Unidos (EUA) de Donald Trump, o que pode ter consequências para os inves-

timentos chineses no Peru, onde há o Porto de Chancay, que escoa produção do continente para Ásia.

Fujimori enfrentará, dessa vez, o candidato de esquerda Roberto Sánchez. Ele é aliado do ex-presidente Pedro Castillo, deposto e preso por suposta tentativa de golpe de Estado ao tentar dissolver o Parlamento. Para seus apoiadores, Castillo foi vítima do poderoso parlamento peruano por representar o voto da população rural.

Entre as propostas de governo, estão a nacionalização de recursos naturais; uma nova constituinte para refundar os poderes institucionais do Peru e mais direitos trabalhistas.

Sánchez foi ministro do Comércio Exterior e Turismo do governo de Pedro Castillo, em 2021. Psicólogo de formação, ele é um deputado peruano do partido Juntos Pelo Peru e foi um dos entusiastas da criação do Porto de Chacay.

ACUSAÇÃO DO MP

No último dia 12 de maio, foi publicizada acusação criminal contra Roberto Sánchez por supostamente ter declarado informação falsa sobre aportes de campanhas do partido Juntos pelo Peru.

O Ministério Público do país pede, além da prisão do candidato, a "inabilitação definitiva" dele. Sánchez alega que a denúncia por suposto desvio em fundos partidários já havia sido arquivada pelo Judiciário.

"Nunca fui tesoureiro do partido. Eu não fiz coquetéis, não rece-

bi dinheiro nem dos bancos, nem dos mineradores, nem de ninguém", disse o candidato à jornalista após a publicação da denúncia na imprensa.

CRISE POLÍTICA

Na última eleição, em 2021, o candidato Pedro Castillo venceu a Keiko Fujimori no segundo turno. A eleição de um professor rural de centro-esquerda foi considerada uma surpresa por não figurar entre os mais bem colocados nas pesquisas de opinião na época.

Porém, Castillo acabou afastado e preso após tentar dissolver o Parlamento, tendo sido condenado, em novembro de 2025, a mais de 11 anos de prisão.

Assumiu no lugar a vice, Dina Boluarte, que reprimiu com violência as manifestações contra a destituição de Castillo, com um saldo de 49 pessoas mortas, segundo cálculo da Anistia Internacional.

Com baixíssima aprovação popular, Boluarte acabou destituída pelo Congresso no dia 10 de outubro de 2025.

No lugar, assumiu o presidente do Parlamento no Peru, José Jerí, em uma gestão que não durou muito.

Em 17 de fevereiro do mesmo ano, o Congresso destituiu HYPERLINK "https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-02/congresso-peruano-destitui-presidente-jose-jeri" Jerí, vindo a assumir o cargo interinamente José María Balcázar Zelada por eleição indireta do poderoso Parlamento peruano, apontado como o poder de fato no país andino.

Nota

REUNIÃO DO BRICS FICA SEM DECLARAÇÃO CONJUNTA EM MEIO A DIVERGÊNCIAS SOBRE ORIENTE MÉDIO

A reunião de dois dias dos ministros das Relações Exteriores das nações do Brics terminou nesta sexta-feira, em Nova Délhi, sem uma declaração conjunta devido a "visões divergentes entre alguns membros" sobre a situação no Oriente Médio, disse a Índia, anfitriã do evento. As diferenças destacaram o desafio de manter a unidade dentro do bloco enquanto ele busca expandir sua influência. A Índia afirmou que os membros expressaram "suas respectivas posições nacionais e compartilharam uma variedade de perspectivas" sobre

questões incluindo soberania, segurança marítima e a proteção do Oriente Médio. A Índia também incluiu uma nota de rodapé dizendo que "um membro teve reservas" sobre partes das seções que tratam de Gaza e a segurança no Mar Vermelho e no Estreito de Bab al-Mandeb. As divisões entre os membros tornaram-se mais visíveis durante a guerra, particularmente entre o Irã e os Emirados Árabes Unidos. Na quinta-feira passada, o ministro das Relações Exteriores iraniano, Abbas Araghchi, instou as nações do Brics a condenarem os EUA e Israel pelo que ele descreveu como uma "agressão ilegal". Ele também pediu aos países-membros que resistam ao que ele disse ser a politização das instituições internacionais.